

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.^a SL

Aos 20 dias do mês de setembro de 2018, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

- Projeto de Lei n.º 987/XIII/3.^a (CDS-PP) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 72/2017, de 21 de junho, de modo a promover uma bonificação às empresas que sigam práticas amigas da conciliação do trabalho com a vida familiar, da igualdade de género e da natalidade;
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 989/XIII/3.^a (CDS-PP) - Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, aumenta a duração da licença parental inicial para os 210 dias e a duração da licença parental inicial a partir do terceiro filho;
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 991/XIII/3.^a (CDS-PP) - 2.^a Alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, para redução ou afastamento do fator de sustentabilidade aos pensionistas com 2 ou mais filhos;
Deputado autor do parecer: GP do PSD.

NOTA: Estes três P JL foram agendados para o Plenário de 27 de setembro.

2. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1791/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos e salvaguarde a situação dos trabalhadores no âmbito do PREVPAP e 1799/XIII/3.^a (PCP) - Assegura aos trabalhadores sem o 12.º ano de escolaridade a não exclusão de concurso no âmbito do PREVPAP considerando os requisitos de admissão à data de início de funções, e quando necessário concede um prazo para a aquisição das exigidas habilitações;

3. Ponto de situação sobre o estado das petições e sobre a designação de relator nas que são subscritas por 100 ou menos cidadãos;

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com caráter de urgência, do Senhor Presidente do Instituto de Segurança Social e do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, por forma a que sejam prestados esclarecimentos relativos às persistentes demoras verificadas na atribuição de pensões e às medidas que pretendem vir a implementar com vista à resolução do problema em questão.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição do SEAL (Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística), do Sindicato Local de Leixões, bem como da Administração do Porto de Leixões e da Administração do Porto do Caniçal;

6. Outros assuntos.

Deu início aos trabalhos a Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, passando-se de



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.^a SL

imediatamente à apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia, nos seguintes termos:

1. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de Deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar:

- Projeto de Lei n.º 987/XIII/3.^a (CDS-PP) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 72/2017, de 21 de junho, de modo a promover uma bonificação às empresas que sigam práticas amigas da conciliação do trabalho com a vida familiar, da igualdade de género e da natalidade;
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 989/XIII/3.^a (CDS-PP) - Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, aumenta a duração da licença parental inicial para os 210 dias e a duração da licença parental inicial a partir do terceiro filho;
Deputado autor do parecer: GP do PS;
- Projeto de Lei n.º 991/XIII/3.^a (CDS-PP) - 2.^a Alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, para redução ou afastamento do fator de sustentabilidade aos pensionistas com 2 ou mais filhos;
Deputado autor do parecer: GP do PSD.

NOTA: Estes três P.J.L. foram agendados para o Plenário de 27 de setembro.

O Grupo Parlamentar do PS indicou que posteriormente faria chegar o nome do relator ou relatores de ambas as iniciativas. Por seu turno, o Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Clara Marques Mendes para elaborar o parecer do Projeto de Lei n.º 991/XIII/3.^a (CDS-PP).

2. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1791/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos e salvedade a situação dos trabalhadores no âmbito do PREVPAP e 1799/XIII/3.^a (PCP) - Assegura aos trabalhadores sem o 12.º ano de escolaridade a não exclusão de concurso no âmbito do PREVPAP considerando os requisitos de admissão à data de início de funções, e quando necessário concede um prazo para a aquisição das exigidas habilitações;

Em função da ausência do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), foi solicitado o adiamento deste ponto por alguns momentos, o que mereceu a concordância de todos os grupos parlamentares.

3. Ponto de situação sobre o estado das petições e sobre a designação de relator nas que são subscritas por 100 ou menos cidadãos;

Retomando a discussão iniciada na reunião anterior, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) afirmou que o seu grupo parlamentar considerava que deveria ser sempre elaborado um relatório para cada petição, independentemente do número de subscritores, defendendo a aplicação de um critério uniforme.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.ª SL

Também o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) se mostrou globalmente de acordo com o enunciado, realçando que a divergência surgira da interpretação das diferentes Comissões, propugnando a devida harmonização, até porque a indicação genérica ia no sentido do tratamento diferenciado das petições em função do número de assinaturas.

Neste momento, a Senhora Presidente em exercício leu um excerto da súmula da reunião n.º 9 da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP) da XIII Legislatura, de 13 de julho de 2018, em que o Senhor Vice-Presidente Jorge Lacão, e Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital (GTPD), deu conta aos Senhores Presidentes das Comissões que naquela altura «(passava) a dar-se um tratamento diferenciado e até mais célere às petições subscritas por menos de 100 cidadãos, na medida em que (deixava) de ser obrigatório que a comissão competente (designasse) um relator, podendo desde logo o relatório final ser elaborado em resultado da aprovação, pela Comissão, da respetiva nota de admissibilidade. Claro que, em função da especificidade ou da importância da matéria, a Comissão (poderia) entender que se (justificava), ainda assim, que (fosse) nomeado relator. Quando não (existisse) relatório, a nota de admissibilidade (poderia) ser convertida em relatório, que (seria) assinado pelo Presidente da Comissão.»

Retomou então o uso da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que referiu que como se deixava ao critério de cada Comissão a designação de relator para petições com menos de 100 subscritores, e em função do tema, tal podia gerar uma dificuldade de entendimento pelos cidadãos. Desta forma, sugeriu que este problema fosse novamente remetido para reunião da CPCP, com vista a fixação de um entendimento consensual.

De igual modo, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) anuiu com a aplicação de um critério uniforme por todas as Comissões, acrescentando que as petições pendentes deviam merecer a designação de relator enquanto não se tomasse uma decisão definitiva, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) afirmado que o seu grupo parlamentar mantinha o entendimento de proceder à designação de relator para todas as petições admitidas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.ª SL

A Senhora Presidente em exercício deu conta que se manteria então a regra da nomeação obrigatória até esta questão ficar definitivamente consolidada, o que mereceu a concordância do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) e da Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que todavia pugnou pela possibilidade de o Deputado designado poder escusar-se à elaboração do relatório, nas petições até 100 subscritores.

Entrou-se então na discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos, desenrolando-se o debate nos termos que constam da respetiva informação, para a qual se remete, e registando-se as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Rita Rato (PCP), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Carla Barros (PSD) e António Carlos Monteiro (CDS-PP). No final, a Senhora Presidente em exercício esclareceu que as duas iniciativas seriam votadas na reunião plenária do dia seguinte, sexta-feira, 21 de setembro, tendo o GP do BE solicitado a alteração do primeiro ponto do segmento resolutivo do seu projeto, no decurso da discussão realizada.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com caráter de urgência, do Senhor Presidente do Instituto de Segurança Social e do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, por forma a que sejam prestados esclarecimentos relativos às persistentes demoras verificadas na atribuição de pensões e às medidas que pretendem vir a implementar com vista à resolução do problema em questão.

No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Adão e Silva (PSD), que apresentou de forma sucinta o requerimento formulado pelo seu grupo parlamentar, dando conta do diferimento no tempo da atribuição de pensões pelo Centro Nacional de Pensões (CNP), e sublinhando que tal constituía uma delonga nunca antes vista, e que justificava um cabal esclarecimento por parte do Presidente do Instituto da Segurança Social (ISS), que tinha uma competência direta sobre o CNP, mas também o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a quem cabia adicionalmente apresentar os meios que iriam ser utilizados para solucionar esta problemática. Concluiu reiterando que o que estava aqui em causa era um direito dos pensionistas que aguardavam pelo pagamento da sua pensão e que eram confrontados com este alongamento temporal.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.^a SL

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que apesar de nada ter a opor à vinda do Ministro, perguntou porque viria o Presidente do ISS e não do CNP, já que este último estava mais próximo do problema. A este propósito, o Senhor Deputado Adão e Silva (PSD) esclareceu que se justificava a vinda do Presidente do ISS ao fim de três anos do Governo, que poderia naturalmente fazer-se acompanhar por outras pessoas. Todavia, mencionou que a vinda exclusiva do Presidente do CNP poderia ser deselegante e redutor, já que este só estava relacionado com a operacionalização das pensões. Assim sendo, renovou a intenção de ser promovida a audição do Presidente do Instituto da Segurança Social, com a maior brevidade possível.

Já o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) lembrou que o seu grupo parlamentar vinha interpelando sucessivamente o Governo sobre este assunto nas audições regimentais, que porém se tinha absterido de responder. Para além disso, remeteram dois requerimentos escritos ao Ministro, há mais de dois anos, igualmente sem resposta. Anunciou por fim que votariam a favor do requerimento em apreço.

Também a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) acompanhou o requerimento e as preocupações reveladas pelo GP do PSD, antecipando o voto favorável do seu grupo parlamentar, e registando a escassez de recursos humanos, bem como as visitas do PCP ao CNP a este propósito, tendo inclusive falado com os próprios trabalhadores.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição do SEAL (Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística), do Sindicato Local de Leixões, bem como da Administração do Porto de Leixões e da Administração do Porto do Caniçal;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) procedeu à apresentação sucinta do requerimento em epígrafe, enquadrando-o na recente visita de trabalho da Comissão à Região Autónoma da Madeira (RAM), e considerando que se justificava um esclarecimento sobre os factos aí ventilados pelo Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística. Desta forma, solicitou a audição das estruturas sindicais e das Administrações dos portos identificados no requerimento, mas também da Autoridade

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.^a SL

para as Condições no Trabalho (ACT) e das empresas de trabalho portuário a operar nos portos mencionados.

Submetido a votação, foi também este requerimento aprovado por unanimidade.

6. Outros assuntos.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) sugeriu a adoção desde já de um calendário para a discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.^a - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com deficiência na Administração Pública (PEIPDAP) (CDS-PP) e Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.^a - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional (BE). Contudo, dado o adiantado da hora, e o facto de já se ter iniciado a sessão plenária desse dia, comprometeu-se a remeter esta proposta por e-mail, de forma a tentar recolher o consenso de todos os grupos parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2018.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO



WANDA GUIMARÃES



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 172/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Diana Ferreira
Helga Correia
Maria da Luz Rosinha
Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Feliciano Barreiras Duarte